



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**O EFEITO DA ABERTURA COMERCIAL NA
ATRACTIVIDADE DE INVESTIMENTO DIRECTO
ESTRANGEIRO: OS ESTADOS-MEMBROS DA
UNIÃO EUROPEIA DE 1993 A 2012**

PEDRO ARCHER PINHEIRO LEME NOGUEIRA

SETEMBRO - 2014

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

O EFEITO DA ABERTURA COMERCIAL NA
ATRACTIVIDADE DE INVESTIMENTO DIRECTO
ESTRANGEIRO: OS ESTADOS-MEMBROS DA
UNIÃO EUROPEIA DE 1993 A 2012

PEDRO ARCHER PINHEIRO LEME NOGUEIRA

ORIENTAÇÃO:
PROF. DR. JOAQUIM RAMOS SILVA

SETEMBRO – 2014

Resumo: Este trabalho busca analisar os efeitos do nível de abertura comercial nos Estados-Membros da União Europeia (UE) sobre o montante de Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) atraído por esses países entre 1993 e 2012. Diante de um contexto de aceleração global dos fluxos de IDE, este estudo de caso aborda a hipótese de que a abertura comercial possui uma influência positiva na atractividade de investimento estrangeiro. Os resultados sugerem uma insignificância estatística quando considerados todos os membros da UE, mas uma relação negativa quando estudados apenas o Centro e o Leste da Europa e uma influência positiva no Sul do continente.

Palavras Chave: Investimento Directo Estrangeiro; Internacionalização; Abertura Comercial; União Europeia.

Códigos JEL: F14, F15, F21, F23.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Análise do Contexto	6
2.1. Investimento Directo Estrangeiro	6
2.2. Abertura Comercial.....	9
3. Revisão da Literatura.....	13
4. Modelo Econométrico	19
4.1. Dados e Fontes.....	19
4.2. Hipóteses.....	21
4.3. Cálculo	23
4.4. Resultados.....	24
5. Análise de Resultados e Conclusões	27
6. Referências Bibliográficas.....	31
Anexo 1: Resultados Econométricos Secundários	37
Anexo 2: Evolução Global do Estoque de Entrada de IDE.....	39
Anexo 3: Evolução Global das Exportações de Bens.....	40
Anexo 4: Dados Utilizados.....	41
Anexo 5: Estatística Descritiva.....	43

AGRADECIMENTOS

Pela enorme importância e impecável qualidade de toda sua contribuição durante o árduo processo de elaboração deste trabalho final de mestrado, agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Joaquim Ramos Silva, orientador desse projecto.

Agradeço também a todos os professores do ISEG com os quais tive contacto durante esses dois anos de mestrado. Seus ensinamentos sobre pesquisa e tratamento de dados quantitativos ou qualitativos e sobre a economia europeia e mundial foram essenciais para este trabalho.

Além disso, apresento um enorme agradecimento também aos professores Leticia Pinheiro e Carlos Frederico Coelho. Suas recomendações e orientações foram de sumária importância para todo esse projecto do mestrado em Portugal.

Obrigado também a todos aqueles que me receberam em Portugal. Minha experiência em terras lusas não seria tão agradável se não fosse por pessoas como Adriano Miranda, Andres Malamud, Antigoni Kyrousi, Carina Gonçalves, Cristina Stresna, David Fernandes, João Paulo da Conceição, João Pedro Dorés, João Pedro Santos, Júlio Rodriguez, Mariana Gomes, Rafaela Costa, Rui Andrade e Tiago Martins.

Agradeço também à Gabrieli, que me acompanhou em todos os momentos dessa experiência. Seria impossível realizar isso tudo sem seu amor e seu companheirismo.

Finalmente, mas não com menos importância, agradeço a todos os meus familiares e amigos pelo apoio e pela confiança que me foram oferecidas. Destaco o essencial apoio de pessoas como Ana Luiza Archer, Elza Garcia, Jarbas Nogueira, Luiza Archer e Maria de Jesus, além de todos das famílias Archer e Gaio.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar os efeitos do nível de abertura comercial nos Estados-Membros da União Europeia (UE) sobre o montante de Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) atraído por esses países no período de 1993 a 2012. Diante de um contexto empírico de aceleração global dos fluxos de IDE, este estudo de caso baseado em uma regressão com dados de painel pretende contribuir para os debates académicos acerca dos determinantes da entrada dessa categoria de fluxo de capital e da relação entre esses investimentos e o comércio internacional ao estudar a hipótese de que a abertura comercial possui uma forte influência positiva na atractividade de IDE.

O estudo é fortemente baseado na corrente teórica conhecida como o Paradigma Eclético (Dunning, 2001). Essa corrente, também conhecida como Paradigma OLI (*Ownership, Location and Internalization*), defende que as empresas baseiam suas decisões de internacionalização com base em vantagens de propriedade, de internalização e, com maior destaque para este trabalho, de localização. As primeiras incluem tecnologias, produtos, conhecimentos, patentes ou quaisquer outras propriedades de uma empresa que possam oferecer uma maior capacidade para superar os gastos relativos ao processo de internacionalização. As seguintes vantagens, por sua vez, constituem os benefícios de internalizar o processo produtivo no exterior ao invés de produzir por meio de uma parceria. Finalmente, a análise do investimento internacional também depende de factores relacionados ao país de destino do capital, como os preços dos insumos, as taxas, a postura do governo local e o acesso às matérias-primas e aos consumidores, sendo principalmente esse último aspecto fortemente relacionado à abertura comercial.

O trabalho em questão espera contribuir para alguns importantes debates contemporâneos acerca do Sistema Económico Internacional. Em primeiro lugar, o estudo ajuda empresas que buscam saber a importância da abertura comercial praticada no país de destino de IDE, uma vez que a hipótese aqui estudada sugere que os retornos dos investimentos tendem a ser maiores em economias mais abertas. Segundo, este estudo pode sugerir respostas para decisores políticos interessados em adoptar medidas para estimular a atractividade de IDE. Finalmente, embora este não seja o principal objectivo desta pesquisa, há também uma contribuição para o debate acerca das vantagens e desvantagens da abertura comercial por parte dos governos nacionais, já que, considerando que a atractividade de IDE é vista como benéfica pela maioria dos políticos e especialistas (OECD, 2002), é sugerido um efeito do estímulo a exportações e importações na entrada desse fluxo de capital.

Com a aceleração da Globalização desde o final do século XX, os fluxos internacionais de capital se tornaram cada vez mais importantes, principalmente para o financiamento de investimentos e, conseqüentemente, o crescimento económico tanto em países em desenvolvimento quanto em economias desenvolvidas. Dentre esses fluxos, o IDE tem se destacado devido ao seu carácter estável e duradouro em comparação com os demais, o que resulta de uma crescente adopção de políticas de atracção desse tipo de investimento. Os fluxos de IDE apresentaram uma aceleração global no final do século XX e, com ainda maior intensidade, no início do século XXI, destacando a União Europeia como o principal destino em todo esse período (Özkan-Günay, 2011; Kimino, Saal & Driffield, 2007).

Essa atractividade de investimentos estrangeiros apresenta diversas conseqüências nos países receptores, que incluem influências em níveis de preço,

produtividade, desemprego, rendimento, distribuição social, concorrência e fluxos de exportação e importação. Esses últimos, que consistem em uma das principais manifestações da relação entre IDE e comércio internacional, variam de acordo com o modo de alocação dos investimentos, que podem ser focados na facilitação do acesso a recursos naturais, no aproveitamento de uma vantagem comparativa, na expansão para um novo mercado consumidor, na transferência de tecnologia ou em diversas outras categorias de projectos (Kok & Ersoy, 2009).

Como consequência do crescente aumento de fluxos de IDE nas últimas décadas, essa categoria de investimento ganha cada vez mais destaque em estudos e análises académicas ao redor do mundo. Inúmeros estudos elaborados nos últimos anos analisaram questões relacionadas aos efeitos da entrada de IDE no crescimento económico, o efeito *spillover* da entrada de IDE em países vizinhos, as consequências de fluxos de IDE na distribuição social e diversos outros temas (Özkan-Günay, 2011). Dentre esses, o presente trabalho tem como objectivo debater (a) os factores que afectam a atracção de IDE (questão estudada por autores como Kimino et al., 2007; Kok & Ersoy, 2009; Shahmoradi et al., 2010; Özkan-Günay, 2011) e (b) o relacionamento entre os fluxos de IDE e o comércio internacional (debatido, entre outros, por Cechella et al., 2009; Mundell, 1957).

Assim sendo, a questão central a ser respondida nessa dissertação é “**Qual o efeito do nível de abertura comercial na atractividade de investimentos directos estrangeiros nos Estados-Membros da União Europeia entre 1993 e 2012?**”. Nesse sentido, a hipótese central aqui apresentada defende que o nível de abertura comercial teve um efeito positivo na atractividade de investimentos directos estrangeiros nos Estados-Membros da UE durante os últimos 20 anos uma vez que esses fluxos de

capital se tornam mais económicos e lucrativos em mercados para os quais é mais fácil e barato exportar insumos e dos quais é mais fácil e barato exportar a produção.

Nesse sentido, o valor total da entrada de IDE por ano nos países estudados é a variável dependente neste estudo, uma vez que se pretende sugerir motivos para suas variações, enquanto o nível anual de abertura comercial observado nos mesmos indivíduos consiste na variável independente, já que se pretende analisar os efeitos e não os motivos de suas variações. Além disso, a fim de aperfeiçoar a capacidade explicativa do modelo econométrico aqui calculado, são também incluídas variáveis independentes de apoio, que constituem factores que também influenciam, positiva ou negativamente, a variável dependente, embora não sejam o destaque desta pesquisa. Além da abertura comercial, a atractividade de IDE também pode sofrer alterações devido a variáveis que demonstram a disponibilidade de recursos naturais, preços e custos relacionados à produção local, a qualidade e disponibilidade de trabalhadores e de capital fixo e o desenvolvimento económico, factores que não são ignorados neste estudo (Kok & Ersoy, 2009).

Trata-se, portanto, de um estudo de caso com uma metodologia quantitativa de modo a testar uma hipótese teórica por meio da aplicação de um método empírico. Nesse sentido, os efeitos das variáveis independentes na variável dependente são estimados por meio de uma regressão com dados de painel, uma vez que os mesmos indivíduos – nesse caso, os Estados-Membros da UE – são estudados em diversos momentos – um intervalo de tempo entre 1993 e 2012. Essa metodologia permite a observação mais detalhada da relação entre as variáveis estudadas apenas na UE nos últimos vinte anos, embora tenha como limitação a baixa capacidade de testar teorias uma vez que os resultados observados não podem sugerir fortes relações entre os

factores analisados em outros indivíduos ou em outros intervalos temporais. Por outro lado, a estimação econométrica aqui utilizada – elaborada por meio do Método dos Mínimos Quadrados com o programa SPSS – possui características elementares, de modo a apresentar consideráveis limitações na sugestão de relações entre as variáveis observadas. O objectivo do estudo, além disso, é uma metodologia indutiva já que o trabalho busca partir de uma corrente teórica para analisar um caso empírico.

A fim de responder a questão supracitada, o trabalho em questão é dividido em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo consiste em uma análise do contexto, apresentando as principais tendências dos fluxos de IDE e de comércio internacional, com destaque para aquelas observadas nos Estados-Membros da EU, durante as últimas décadas. Esse trecho tem como objectivo situar o leitor acerca das principais variáveis estudadas neste trabalho.

A seguir, é elaborada uma revisão da literatura sobre o tema em questão. A fim de apresentar ao leitor as principais contribuições teóricas e empíricas de debates e estudos anteriormente elaborados, esse capítulo resume alguns importantes trabalhos no que concerne à relação entre o comércio internacional e os fluxos de IDE, aos principais determinantes da atractividade desse tipo de investimento e, mais especificamente, ao papel da abertura comercial como um desses determinantes.

O quarto capítulo é constituído do modelo econométrico. De modo a apresentar claramente as estimativas, essa parte do trabalho enumera as hipóteses testadas e os tipos e fontes dos dados utilizados nos cálculos, assim como descreve o modelo estimado e os resultados do mesmo. Esse trecho, finalmente, é seguido por um breve capítulo que tem como objectivo apresentar ao leitor as conclusões do trabalho e as oportunidades de trabalhos futuros acerca dos estudos de IDE.

2. ANÁLISE DO CONTEXTO

2.1. Investimento Directo Estrangeiro

Um dos mais importantes fenómenos da globalização, o IDE começou a crescer rapidamente em uma escala global a partir da década de 1980, tendo aumentado com maior intensidade que os fluxos de comércio internacional desde então, conforme é possível observar no Anexo 2 (Cechella et al., 2009; UNCTAD, 2014b). Actualmente, uma das principais definições desse indicador é aquela utilizada pela UNCTAD (2014), que define o IDE como um fluxo de investimento com interesse de longo prazo controlado por um agente residente em uma economia em uma empresa ou filial residente em outra economia, incluindo capital social, ganhos reinvestidos e empréstimos entre empresas. Essa categoria de fluxo de capital se divide em algumas subcategorias, das quais se destacam o IDE vertical, focado na eficiência por meio da fragmentação internacional do processo produtivo, e o IDE horizontal, focado no mercado-alvo por meio da produção dos mesmos produtos no estrangeiro (Beugelsdijk et al., 2008). Esse movimento de capital, além disso, pode também ser medido como fluxo ou estoque. Os fluxos de entrada de IDE em uma economia incluem a atracção de fundos provenientes de outros países e os lucros associados a investimentos estrangeiros que foram reinvestidos no mesmo país. O estoque de entrada de IDE em um país, por outro lado, consiste no valor de activos fixos e activos correntes disponíveis nessa economia devido a investimentos por parte de agentes de outros países¹ (UNCTAD, 2014a).

¹ Ao contrário do estoque de IDE, o fluxo de IDE pode assumir valores negativos quando ocorre um desinvestimento (UNCTAD, 2014a).

Conforme observado na Tabela I, durante o período entre 1993 e 2012 houve um grande crescimento do estoque de entrada de IDE² em escala global, com destaque para as economias em transição e, em menor escala, os grandes exportadores de petróleo e gás.

Tabela I			
Evolução do Estoque de Entrada de IDE de 1993 a 2012:			
Blocos Económicos			
Indivíduo	Evolução Anual Média		
	1993-2012	1993-2007	2008-2012
União Europeia (UE 27)	13%	17%	1%
Zona Euro	13%	17%	0%
Mundo	13%	15%	5%
Economias em Desenvolvimento	14%	15%	11%
Economias em Transição	41%	52%	9%
Economias Desenvolvidas	12%	15%	3%
Grandes Exportadores de Petróleo e Gás	19%	22%	9%
Grandes Exportadores de Bens Manufacturados	12%	14%	4%
Grandes Exportadores de Bens Primários (excluindo combustíveis)	12%	13%	12%
Países ACP	14%	15%	12%

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2014). Cálculos do autor.

Na mesma tabela também é possível observar os fortes efeitos da crise económica global de 2007-2008, período a partir do qual houve uma queda generalizada da entrada de IDE. Apesar de todos os grupos observados terem apresentado uma depreciação desse indicador a partir de 2008 frente ao momento entre 1993 e 2007, as

² Como a Tabela I apresenta as médias aritméticas dos valores anuais de IDE, o autor deste trabalho considerou que seria preferível utilizar os estoques de entrada de IDE uma vez que os fluxos de entrada podem assumir valores negativos em casos de grandes desinvestimentos, aspecto que poderia gerar médias aritméticas que não reflectiriam adequadamente a realidade.

economias europeias foram as mais afectadas, uma vez que o estoque de entrada de IDE apresentou uma evolução anual média praticamente nula tanto na UE quanto na Zona Euro em separado. Essa estagnação da atractividade de IDE após uma crise económica pode sugerir que aspectos como os níveis de desemprego, consumo e produtividade possuem forte influência nos fluxos de entrada de investimentos estrangeiros³. Por outro lado, os grandes exportadores de produtos primários excluindo combustíveis e os países ACP foram pouco afectados, apresentando grande estabilidade na atractividade de IDE mesmo após 2007.

Observando de forma individual os Estados-Membros da UE, além disso, é possível observar grandes desequilíbrios na entrada de IDE nas duas últimas décadas. Conforme demonstrado pela Tabela II, houve um aumento bem maior na atractividade de investimentos estrangeiros pelos países do Leste da Europa, que aderiram ao bloco há poucos anos e, portanto, apresentam actualmente muito mais benefícios e muito menos custos à entrada de IDE do que no início da década de 1990⁴. Por outro lado, é possível notar uma pequena evolução desse fluxo a partir de 2008, principalmente em comparação com o período entre 1993 e 2007, em quase todos os países estudados, o que demonstra fortes consequências da recente crise económica.

Tabela II			
Evolução do Estoque de Entrada de IDE de 1993 a 2012:			
Países-Membros da UE			
Indivíduo	Evolução Anual Média		
	1993-2012	1993-2007	2008-2012

³ Para estudos acerca dos efeitos da recente crise económica na Europa, ver Guillén (2012), Stockhammer & Sotiropoulos (2014) e Tosun et al. (2014).

⁴ Outro aspecto que pode influenciar o grande crescimento percentual da entrada de IDE no Leste da Europa no período estudado é que esses países apresentavam valores bem mais baixos de atractividade de investimentos estrangeiros no início da década de 1990 do que o restante da UE, mesmo assim a estabilidade macroeconómica e empresarial, bem como a diminuição das barreiras à entrada de capitais, também tiveram papel importante.

União Europeia (UE 27)	13%	17%	1%
Áustria	16%	21%	0%
Bélgica e Luxemburgo	16%	20%	4%
Bulgária	34%	45%	6%
Chipre ⁵	35%	50%	3%
República Checa	23%	29%	4%
Dinamarca	14%	20%	-2%
Estónia	27%	36%	2%
Finlândia	19%	26%	0%
França	14%	19%	-1%
Alemanha	11%	14%	1%
Grécia	10%	15%	-4%
Hungria	18%	23%	2%
Irlanda	13%	14%	9%
Itália	11%	16%	-1%
Letónia	26%	34%	4%
Lituânia	32%	43%	1%
Malta	21%	23%	18%
Países Baixos	12%	19%	-5%
Polónia	30%	38%	6%
Portugal	12%	16%	1%
Roménia	41%	54%	3%
Eslováquia	29%	39%	3%
Eslovénia	14%	18%	2%
Espanha	12%	16%	2%
Suécia	21%	26%	5%
Reino Unido	12%	15%	2%

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2014). Cálculos do autor.

2.2. Abertura Comercial

Desde a metade do século XX, o comércio internacional passou a ganhar mais destaque como um dos pilares da globalização. Em 1945, houve o lançamento do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), que desde 1948 – quando foi

⁵ Devido a uma insuficiência de dados disponíveis, os cálculos referentes ao Chipre consideram apenas o período entre 1996 e 2012.

institucionalizado – passou a ter um número de signatários em acelerado crescimento e actualmente exerce grande influência por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC), lançada em 1995. A partir do GATT, o comércio passou a aumentar com maior intensidade que a produção global devido a uma facilitação dos transportes e da comunicação entre nações e, conseqüentemente, à assinatura de acordos preferenciais de comércio⁶, como demonstra o Anexo 3 (World Trade Organization, 2014). Nesse sentido, há décadas pode ser observada uma forte tendência em grande parte dos países em direcção à abertura comercial, processo que ganhou ainda mais força a partir dos anos 1990 (Cechella et al., 2009). Conforme definido pela OECD (2011), a abertura comercial é um importante indicador que tem como objetivo medir a importância das transações internacionais frente às domésticas por meio do cálculo do peso das exportações e das importações⁷ no PIB de um país. Embora o termo “abertura” sugira que essa variável depende de políticas comerciais de uma economia no sentido de reduzir barreiras ao comércio, esse indicador pode também ser influenciado por aspectos como a localização geográfica ou, principalmente, a dimensão económica, uma vez que economias menores tendem a depender mais do comércio de bens e serviços.

Apesar do grande aumento da abertura comercial observado nas últimas décadas, houve um considerável retrocesso dessa situação após a crise económica e financeira de 2008. Ainda que esse ocorrido tenha afectado o PIB em um enorme número de economias, o comércio internacional foi muito mais atingido, gerando uma queda da abertura comercial em todos os países BRIICS (Brasil, Rússia, Índia,

⁶ Para maiores detalhes sobre a evolução das negociações no âmbito do GATT e da OMC e suas conseqüências nos fluxos de comércio internacional, ver Baldwin (2009).

⁷ Durante todo este trabalho, os fluxos de exportações e importações incluem bens e serviços transaccionados.

Indonésia, China e África do Sul) e, com exceção de Islândia e Irlanda, todos os membros da OECD (OECD, 2011). Essa queda generalizada da abertura comercial, no entanto, foi bem mais evidente em 2009 e, em muitos casos, começou a se recuperar em 2010 (The World Bank, 2014).

Observando com maior detalhe os países observados neste estudo, é possível notar algumas tendências importantes quanto à abertura comercial na UE entre 1993 e 2012, conforme demonstra a Tabela III. Em 2012, em 61% dos indivíduos analisados a média aritmética das exportações e das importações anuais representava mais do que 30% do PIB real, enquanto em 23% dos mesmos esse somatório era maior que a 75% da economia, constatando uma intensa abertura comercial, cenário que pode ser justificado pela grande quantidade de pequenas economias envolvidas. Além disso, observa-se que em quase todas as economias do Norte da Europa a abertura comercial apresentou uma desaceleração desde o início da recente crise económica, tendência não observada em muitos países do Centro e do Leste da Europa, que vivenciaram considerável aumento desse indicador nos últimos anos, principalmente desde o alargamento de 2004 da UE, quando muitos desses países aderiram a esse bloco.

Tabela III				
Abertura Comercial⁸ de 1993 a 2012: Países-Membros da UE				
Indivíduo	1993	2004	2007	2012
Alemanha	0,180006	0,298134	0,357451	0,37547
Áustria	0,238322	0,408813	0,435495	0,436848
Bélgica e Luxemburgo ⁹	0,516457	0,794399	0,874342	0,864327

⁸ Nesta tabela, a abertura comercial é calculada pela divisão da média aritmética das exportações e importações de bens e serviços pelo PIB de uma economia no período de um ano.

⁹ Durante todo esse estudo, Bélgica e Luxemburgo são considerados como um único indivíduo uma vez que há insuficientes dados disponíveis relativamente aos dois países de modo separado durante os primeiros anos da década de 1990.

Bulgária	0,391433	0,482254	0,57558	0,583238
Chipre	0,257955	0,203867	0,229118	0,19833
Dinamarca	0,245554	0,29673	0,323036	0,313433
Eslováquia	0,364958	0,51367	0,708204	0,876056
Eslovénia	0,497592	0,504169	0,651712	0,708725
Espanha	0,139519	0,211061	0,222904	0,237621
Estónia	0,580629 ¹⁰	0,593235	0,606704	0,754902
Finlândia	0,237725	0,298742	0,348861	0,301463
França	0,169225	0,224512	0,230498	0,237806
Grécia	0,146762	0,149303	0,167157	0,197998
Hungria	0,27217	0,569557	0,701551	0,799528
Irlanda	0,487149	0,447179	0,395581	0,426991
Itália	0,15463	0,204285	0,237766	0,24504
Letónia	0,220319 ¹¹	0,403467	0,410736	0,551452
Lituânia	0,314717 ¹²	0,480866	0,531357	0,73041
Malta	0,651301	0,545548	0,548219	0,621879
Países Baixos	0,406899	0,555089	0,666634	0,809091
Polónia	0,182623	0,325876	0,359559	0,387347
Portugal	0,211431	0,244704	0,290434	0,307489
Reino Unido	0,195975	0,184194	0,18902	0,235158
República Checa	0,37032	0,609572	0,666628	0,75671
Roménia	0,216493	0,371027	0,324709	0,377834
Suécia	0,229281	0,308901	0,348145	0,319646

Fontes: World Trade Organization (2014) e The World Bank (2014). Cálculos do autor.

Assim sendo, tanto os fluxos de IDE quanto a abertura comercial apresentaram rápidos e intensos crescimentos desde o final do século XX e, com isso, destacaram-se como pilares do processo de globalização. Com essas tendências, ambas as variáveis ganharam bastante importância e passaram a ser cada vez mais debatidas no cenário acadêmico, tanto separadamente como, a exemplo deste estudo, inter-relacionadas. Os principais debates sobre esses dois fluxos e as principais contribuições aos mesmos são apresentados no capítulo a seguir.

¹⁰ Dados referentes a 1995 por insuficiência de valores disponíveis para 1993 e 1994.

¹¹ Dados referentes a 1994 por insuficiência de valores disponíveis para 1993.

¹² Dados referentes a 1994 por insuficiência de valores disponíveis para 1993.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Analisando a evolução teórica acerca do relacionamento entre o IDE e o comércio internacional, é possível notar uma forte influência da rápida ascensão desses dois pilares da globalização, principalmente do primeiro. O estudo dessa inter-relação pode ser observado desde David Ricardo (1821), que defendeu a liberalização do comércio tendo como premissa, dentre outras, a hipótese da imobilidade internacional dos factores de produção – como o capital –, o que pode ser interpretado como a inexistência de fluxos de IDE. Sob a influência desses ideais, as contribuições ao estudo da economia internacional desde então, que formaram a chamada Corrente Neoclássica, passaram a analisar o comércio internacional como substituto do investimento internacional, o que pode ser notado até a metade do século XX, quando Samuelson (1949) defendeu o chamado teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson, que possuía como premissa a irreversibilidade da disponibilidade relativa dos diferentes factores de produção por parte de cada economia (Cechella et al., 2009; Kimino et al., 2007).

Somente a partir da década de 1960, principalmente por causa do crescimento dos fluxos de investimentos internacionais a um nível significativo, o IDE passou a ser estudado com maior destaque em trabalhos teóricos. Mesmo assim, apenas na década de 1980, quando os fluxos de IDE passaram a crescer de forma acelerada, o conceito das corporações transnacionais e os diferentes aspectos do investimento internacional passaram a ser analisados, com destaque para os estudos dos determinantes e dos efeitos dessa deslocação de capital (Cechella et al., 2009).

A partir dessa época, surgiram também diferentes correntes teóricas acerca do IDE e da internacionalização de empresas. Stephen Hymer (1960) foi um dos pioneiros no estudo do IDE de forma particular, defendendo que as teorias até então existentes

acerca das taxas de juros não eram suficientes para explicar essa categoria de fluxo de capital, que, na sua defesa, são mais ligados a operações internacionais das empresas e, portanto, faz-se necessário estudar separadamente essas operações. Uma das principais bases teóricas sobre esse tema é aquela conhecida como a Escola de Uppsala, que propôs um famoso modelo que descreve os passos normalmente seguidos por empresas no seu processo de internacionalização. Outra que recebeu bastante destaque, e é de grande importância neste trabalho, é o supracitado Paradigma Eclético, ou OLI (*Ownership, Location and Internalization*), que defende que a decisão da internacionalização baseia-se em três categorias de vantagens: de propriedade, de internacionalização e de localização (Dunning, 1979; 1980; 2001; Cechella et al., 2009).

O Paradigma Eclético surgiu na década de 1970 com o objectivo de unir as diferentes explicações à internacionalização da produção que haviam surgido nas décadas anteriores. De acordo com Dunning (1979; 2001), essas explicavam apenas parcialmente a expansão empresarial a novos países uma vez que tentavam identificar separadamente características das empresas que forneciam vantagens frente às suas concorrentes ou aspectos de uma determinada localização que explicavam porque uma empresa expandia sua produção para esse mercado e não para outro. Nesse sentido, esse paradigma defende que uma empresa pratica uma operação de IDE com base em três condições que devem ser respeitadas na ordem apresentada:

- (1) Essa empresa possui vantagens específicas com relação a concorrentes locais;
- (2) É mais benéfico para essa empresa utilizar as vantagens supracitadas ao invés de vender ou ceder as mesmas a outras empresas;
- (3) É lucrativo para essa empresa utilizar essas vantagens em conjunto com pelo menos um factor de produção em outro país (Dunning, 1979).

O ponto de vista da Escola de Uppsala, por outro lado, defende que um dos mais influentes aspectos no desenvolvimento das estratégias de internacionalização de empresas é a experiência acumulada por essas organizações (Andersen, 1993). Com base na análise de empresas suecas, uma das principais contribuições para essa corrente é aquela elaborada por Johanson & Wiedersheim-Paul (1975), que defendem que a expansão para novos países tende a ocorrer na sequência de quatro fases:

- (1) Exportações irregulares;
- (2) Exportações por meio de representantes independentes;
- (3) Vendas directas por meio de subsidiárias;
- (4) Produção e venda directa por meio de fábricas e subsidiárias.

Desde essas e outras grandes contribuições aos estudos do IDE e do comércio internacional, houve também interessantes evoluções teóricas, como é o caso do Paradigma Eclético, por exemplo, que foi revisto diversas vezes (como em Dunning, 1979; 1980; 2001). A Escola de Uppsala, por sua vez, sofreu actualizações de modo a adequar seus pressupostos à nova realidade (Johanson & Vahlne, 2009). Essas mudanças em grande parte foram causadas por alterações nos padrões dos fluxos de IDE e, principalmente, sua relação com os fluxos de bens e serviços entre países. Em uma tendência que se intensificou desde o início dos anos 2000, o comércio internacional e o IDE cresceram de modo bem mais acelerado que o PIB mundial e passaram a ser cada vez mais complementares entre si, principalmente por causa do fenómeno da produção internacional coordenado por corporações transnacionais e suas redes de contacto entre fronteiras, que se resumem a deslocamentos transfronteiriços de bens intermediários entre afiliados e parceiros contratuais (UNCTAD, 2013).

Com base nessas contribuições teóricas, muitos estudos empíricos já foram realizados para estudar o IDE e sua relação com o comércio internacional. No que se refere aos efeitos da entrada de IDE, diversas contribuições (como as de Ahmed, 2012; Beugelsdijk et al., 2008; Azman-Saini et al., 2010; Herzer et al., 2008) analisam principalmente o impacto desse fluxo no crescimento económico, mas outros factores – incluindo o desemprego, a produtividade, a balança corrente, a balança de capital e outros – também costumam ser considerados (como em Sarode, 2012; Liu & Nunnenkamp, 2011; Waldkirch et al., 2009).

No campo dos determinantes do IDE, por outro lado, diversos autores analisaram os efeitos nesses fluxos de factores económicos, políticos, geográficos, sociais e tecnológicos. Dentre aspectos no âmbito económico, que recebe maior atenção neste trabalho, estão incluídos, por exemplo, a dimensão económica do país de origem e do destino, os custos e a disponibilidade de trabalho e de capital no destino, assim como taxas de inflação e de câmbio (Bevan & Estrin, 2004; Kimino et al., 2007; Liargovas & Skandalis, 2012; Özkan-Günay, 2011; Kornecki & Ekanayake, 2012). A Tabela IV apresenta os diferentes resultados de diversos estudos nessa área durante as últimas décadas.

Tabela IV			
Comparação de influências anteriormente sugeridas por diferentes variáveis independentes na atratividade de IDE			
Variáveis Independentes	Influência Positiva	Influência Negativa	Estatisticamente Insignificante
Abertura Comercial	Bevan & Estrin (2004) ¹³ ; Kok & Ersoy (2009), Tintin (2013); Liargovas &		Bevan & Estrin (2004)

¹³ No estudo de Bevan & Estrin (2004) a relação entre o nível de abertura comercial e a atratividade de IDE é apenas quando considerados valores em períodos anteriores (regressão *lagged*), enquanto não possui forte significância estatística quando incluídos valores contemporâneos.

	Skandalis (2012); Furceri & Borelli (2008); Asiedu (2002)		
PIB	Bevan & Estrin (2004); Guerin (2006) ¹⁴ ; Liargovas & Skandalis (2012); Asiedu (2002); Özkan-Günay (2011) ¹⁵ ; Tintin (2013)		Guerin (2006); Özkan-Günay (2011); Shahmoradi et al. (2010)
Distância Geográfica entre a origem e o destino		Bevan & Estrin (2004); Guerin (2006) ¹⁶	Kimino et al. (2007); Guerin (2006); Tintin (2013)
Custos com Trabalho	Barrell & Pain (1996)	Bevan & Estrin (2004)	Kimino et al. (2007); Kornecki & Ekanayake (2012)
Estabilidade Política	Liargovas & Skandalis (2012); Tintin (2013)		Bevan & Estrin (2004); Asiedu (2002)
Custos Relativos de Capital	Kimino et al. (2007)		Bevan & Estrin (2004)
Desemprego	Özkan-Günay (2011) ¹⁷	Kornecki & Ekanayake (2012)	Özkan-Günay (2011)
Gastos com P&D	Kornecki & Ekanayake (2012)		Özkan-Günay (2011)

O nível de abertura comercial, principal variável independente deste estudo, também é comumente analisado como um determinante de IDE (como em Kok &

¹⁴ O estudo de Guerin (2006) sugere uma influência positiva do PIB per capita do país de destino na atratividade de IDE no caso de investimentos entre economias em desenvolvimento ou de países desenvolvidos em países em desenvolvimento, enquanto sugere uma insignificância estatística para fluxos de IDE entre economias desenvolvidas.

¹⁵ O estudo de Özkan-Günay (2011) sugere uma influência positiva do PIB na atratividade de IDE em novos membros ou candidatos a membros da UE, enquanto sugere uma insignificância estatística para membros da UE-15.

¹⁶ O estudo de Guerin (2006) sugere uma influência negativa da distância geográfica na atratividade de IDE entre países desenvolvidos, enquanto apresenta insignificância estatística para investimentos de desenvolvidos para os em desenvolvimento ou entre economias em desenvolvimento.

¹⁷ O estudo de Özkan-Günay (2011) sugere uma influência positiva do desemprego na atratividade de IDE em novos membros ou candidatos a membros da UE, enquanto sugere uma insignificância estatística para membros da UE-15.

Ersoy, 2009; Tintin, 2013; Bevan & Estrin, 2004; Liargovas & Skandalis, 2012), embora apresente resultados divergentes. No caso de Bevan & Estrin (2004), por exemplo, esse factor apresenta uma influência positiva na atractividade de investimentos estrangeiros apenas quando considerados valores em períodos anteriores (regressão *lagged*), enquanto não possui forte significância estatística quando incluídos valores contemporâneos. Kok & Ersoy (2009), Tintin (2013) e Liargovas & Skandalis (2012), por sua vez, sugerem uma relação forte e positiva do peso das exportações e importações no PIB como um determinante da entrada de IDE. Mais uma vez, é importante observar que tais resultados podem ser influenciados pelas características dos destinos estudados: Bevan & Estrin (2004) focam em economias desenvolvidas e em países do Leste da Europa, Tintin (2013), apenas nas economias do Centro e do Leste da Europa, e Kok & Ersoy (2009) e Liargovas & Skandalis (2012), nos mercados em desenvolvimento.

Diante de um cenário de inúmeras divergências acerca dos fluxos de IDE e da sua relação com o comércio internacional apresentado acima, estudos que pretendem estimar por meio de cálculos econométricos a influência entre tais factores são de grande contribuição para esses debates. Nesse sentido, o próximo capítulo tem como objectivo sugerir a influência do nível de abertura comercial, bem como de outras variáveis independentes, na atractividade de IDE no âmbito da UE.

4. MODELO ECONOMÉTRICO

4.1. *Dados e Fontes*

Conforme apresentado anteriormente, este trabalho analisa dados relativos aos países-membros da EU no período entre 1993 e 2012¹⁸. Para tal tarefa, foram utilizadas as bases de dados *UNCTADstat*, *UN Comtrade*, *World Development Indicators* e *OECD StatExtracts* (UNCTAD, 2014b; United Nations, 2014; The World Bank, 2014; OECD, 2014).

A variável dependente do estudo, a entrada de IDE (*IDEATRAC*), é representada pelo fluxo anual de entrada de IDE nos indivíduos observados calculado em milhões de Dólares dos Estados Unidos a preços e taxas cambiais correntes, conforme apresentado pela *UNCTADstat* (UNCTAD, 2014b).

A principal variável independente, por sua vez, o índice anual de abertura comercial dos países estudados (*ABERTCOM*) é aqui estimado pela divisão da média aritmética entre as exportações e as importações totais de um indivíduo em determinado ano pelo PIB nominal do mesmo país no mesmo ano. Desse modo, é possível observar o peso do comércio internacional na economia dos países observados. Para tal cálculo, os dados referentes aos fluxos de exportações e importações foram extraídos da base de dados *UN Comtrade* (United Nations, 2014), enquanto os referentes ao PIB, da *World Development Indicators* (The World Bank, 2014). Além disso, de modo a observar os resultados da mesma estimativa considerando outros cálculos da abertura comercial, são apresentados no Anexo 1 deste trabalho resultados econométricos para estimativas que calculam essa variável por meio da divisão pelo PIB nominal da soma das exportações e

¹⁸ Por motivo de insuficiência de dados disponíveis, não foram incluídos neste estudo a Letónia e a Lituânia no ano de 1993, a Estónia em 1993 e 1994 e Croácia e Luxemburgo durante todo o período estudado.

das importações (*ABERTCOM1*), das exportações (*ABERTCOM2*) e das importações (*ABERTCOM3*).

Além da abertura comercial, são também utilizadas variáveis independentes de suporte nos cálculos econométricos deste trabalho. A selecção dessas teve em conta o trabalho de Dunning & Narula (1996), que defenderam que o Ciclo de Desenvolvimento do Investimento (do inglês, IDP) que um país vive pode ser dividido em cinco fases:

- (a) Entrada de investimentos com foco na exploração de recursos naturais;
- (b) Entrada de investimentos com foco na exploração de recursos naturais e em indústrias com mão-de-obra intensiva e barata e pouca tecnologia;
- (c) Entrada de investimentos com foco em boas capacidades tecnológicas, em um crescente mercado consumidor interno; início de saída de investimentos;
- (d) Saída de investimentos com foco em mercados com maior eficiência, principalmente nos custos, passa a superar a entrada de investimentos, agora mais focados em uma mão-de-obra qualificada e em capacidade tecnológica;
- (e) Entrada e saída de investimentos flutuantes dependendo em ciclos económicos após o país atingir o nível económico mais avançado (grande avanço tecnológico e qualificação de mão-de-obra).

Nesse sentido, é possível perceber uma importante influência de algumas variáveis económicas¹⁹ na atractividade de investimentos estrangeiros para um país, como o nível de desenvolvimento económico, a disponibilidade de recursos naturais, a qualificação de mão-de-obra, o avanço tecnológico e a capacidade consumidora do

¹⁹ O trabalho de Dunning & Narula (1996) também considera factores não económicos dentro do IDP, como, principalmente, o papel do governo. No entanto, este trabalho focará apenas em variáveis económicas de modo a evitar uma quantidade exagerada de variáveis independentes e, conseqüentemente, de hipóteses testadas.

mercado interno no país receptor. Assim sendo, as estimativas deste trabalho terão como variáveis independentes de suporte números que representem esses factores.

O nível de desenvolvimento económico é aqui representado pelo PIB per capita com base na Paridade de Poder de Compra (*PIBPERCAP*) dos países observados. O peso das exportações de minerais, combustíveis e produtos agrícolas primários no total das exportações dos indivíduos estudados foi utilizado para representar a disponibilidade de recursos naturais (*REC NAT*). O percentual de trabalhadores com educação de nível terciário dentre o total de trabalhadores dos países observados foi escolhido para demonstrar o nível de qualificação de mão-de-obra (*QUALL*). O avanço tecnológico dos mesmos países, por sua vez, foi estimado pelos gastos totais com Pesquisa e Desenvolvimento como percentual do PIB (*P_D*). Finalmente, o salário anual médio dos trabalhadores das economias estudadas (*W*) foi utilizado para representar a capacidade consumidora do mercado interno no país receptor. Essa última variável é apresentada pela *OECD StatExtracts* (OECD, 2014), enquanto as demais foram calculadas com base em dados apresentados pela *World Development Indicators* (The World Bank, 2014). A estatística descritiva de todos os dados utilizados é apresentada no Anexo 5.

4.2. Hipóteses

H1. Quanto maior o nível de Abertura Comercial, maior a atractividade de IDE. Com base em uma tendência nos resultados de trabalhos empíricos supracitados (como Kok e Ersoy, 2009; Tintin, 2013; Liargovas & Skandalis, 2012), espera-se uma relação forte e positiva entre *ABERTCOM* e *IDEATRAC*.

H2. Quanto maior o nível de desenvolvimento económico, maior a atractividade de IDE. Uma vez que há um reduzido número de países com níveis de desenvolvimento

muito altos, espera-se uma concentração de investimentos focados nesse tipo de mercado frente a um número muito maior de possíveis mercados-alvo para investimentos focados em economias de baixo desenvolvimento.

H3. Quanto maior a disponibilidade de recursos naturais, menor a atractividade de IDE. Considerando que o Hemisfério Sul tende a atrair grande parte dos investimentos focados na exploração de recursos naturais, espera-se que esse tipo de factor não atraia mais investimentos em mercados europeus, que são o foco deste trabalho.

H4. Quanto maior a qualificação de mão-de-obra, maior a atractividade de IDE. Considerando o mesmo argumento apresentado acima, é de se esperar uma grande concorrência entre as economias europeias de modo a atrair investimentos focados na qualificação de mão-de-obra.

H5. Quanto maior o avanço tecnológico, maior a atractividade de IDE. Uma vez que os mercados consumidores europeus tendem a ser mais sofisticados, espera-se que os investimentos feitos nesse continente busquem a produção de bens com grande capacidade tecnológica.

H6. Quanto maior a capacidade consumidora do mercado interno, menor a atractividade de IDE. Considerando que trata-se de um mercado único e que a capacidade consumidora medida pelo salário médio também se resume em custos com mão-de-obra, espera-se que os investimentos nesse continente procurem mercados produtores com menores custos com trabalho e uma estratégia de exportação para mercados consumidores maiores.

4.3. Cálculo

De modo a calcular as relações entre as variáveis supracitadas, este trabalho elabora uma estimativa econométrica com base no modelo dos mínimos quadrados, método de regressão linear comumente utilizado para observações de vários indivíduos em diversos períodos. Assim sendo, o cálculo aqui utilizado é o seguinte:

$$(1) IDEATRAC_{it} = \beta_0 + \beta_1 ABERTCOM_{it} + \beta_2 PIBPERCAP_{it} + \beta_3 REC NAT_{it} + \beta_4 QUALL_{it} + \beta_5 P_D_{it} + \beta_6 W_{it} + \eta_i + \mu_{it}$$

Em que i e t representam, respectivamente, o indivíduo e o período de tempo observados e μ_{it} , o termo de erro ou variável residual não observada, com:

$$E(\mu_{it}) = 0 \text{ e } Var(\mu_{it}) = \sigma^2$$

Os factores que afectam de modo diferente cada indivíduo ao longo do período estudado – efeitos fixos no tempo, mas diferentes de país para país – são representados por η_i . Por serem específicos de cada país, esses efeitos fixos acarretam, portanto, em consequências no estimador que se deve utilizar para estimar os coeficientes da regressão. Assim sendo, o estimar OLS (do inglês, Método do Mínimos Quadrados), não é o mais recomendado nessa situação. Por outro lado, é possível considerar que os efeitos fixos são parâmetros ou um conjunto de variáveis aleatórias. No primeiro caso, o estimador a ser utilizado é o estimador de efeitos fixos (*fixed effects*); enquanto no segundo, o ideal é utilizar o estimador de efeitos aleatórios (*random effects*). O teste de Hausman permite decidir qual dos dois estimadores deve ser utilizado sob a hipótese nula de que ambos os estimadores são consistentes, mas só o estimador de efeitos aleatórios é assintoticamente eficiente (H0: RE vs. FE). Caso seja utilizado o estimador de efeitos aleatórios, os efeitos fixos – η_i – não estão correlacionados com as variáveis independentes e, portanto, não é necessário eliminá-los por meio das primeiras

diferenças. Uma opção mais recomendável, assim, seria usar OLS mais *time dummies* (Wooldridge, 2006).

Por causa da utilização do programa econométrico *SPSS* – que foi disponibilizado para os alunos do Mestrado EIEE – no âmbito do estimador OLS, é importante salientar que os resultados apresentados adiante devem ser observados sob reserva. A utilização de programas econométricos como o *Eviews* ou o *Stata* permitiria elaborar o teste de Hausman e a estimação usando o estimador de efeitos fixos ou o estimador de efeitos aleatórios.

4.4. Resultados

A partir do cálculo apresentado acima, foram então estimadas as influências das variáveis independentes supracitadas na atractividade de IDE nos países observados. Nesse sentido, a Tabela V apresenta os resultados econométricos em toda a UE e, de modo separado, aqueles dentre esses localizados no Norte, no Sul e no Centro e no Leste do continente²⁰.

Tabela V				
Equações estimadas com variável dependente <i>IDEATRAC</i>				
Variáveis Independentes	Países-Membros da UE	Sul da Europa	Norte da Europa	Centro e Leste da Europa
<i>ABERTCOM</i>	-0,40 (-0,671)	0,378* (1,862)	-0,037 (-0,440)	-0,766*** (-7,127)
<i>PIBPERCAP</i>	0,062 (0,601)	0,418* (1,884)	0,068 (0,710)	0,987*** (6,447)
<i>REC NAT</i>	-0,025 (-0,406)	-0,333* (-1,893)	0,246*** (2,703)	-0,267** (-2,523)

²⁰ Nesse caso, o Norte da Europa inclui Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Suécia e Reino Unido. O Sul, por outro lado, compreende Chipre, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha. O Centro e o Leste da Europa, por sua vez, reúnem Bulgária, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e Roménia.

<i>QUALL</i>	0,244*** (3,096)	0,617*** (5,241)	0,280*** (3,038)	0,277** (2,423)
<i>P_D</i>	-0,182** (-2,348)	-0,308* (-1,743)	-0,420*** (-4,520)	-0,315*** (-2,667)
<i>W</i>	0,270** (2,367)	0,211 (0,801)	-0,325*** (-3,320)	-0,661*** (-4,969)
R ² ajustado	0,142	0,526	0,163	0,488
N	516	120	200	196

***, ** e * representam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Entre parênteses são apresentados os t-rácios corrigidos da heterocedasticidade.

Diante dessa tabela, é possível elaborar conclusões interessantes, principalmente após comparações com as hipóteses apresentadas acima. A influência da Abertura Comercial, principal variável independente deste trabalho, só é estatisticamente significativa nos países do Sul e, com maior intensidade, do Centro e do Leste da Europa. Mesmo assim, no primeiro caso há uma influência positiva, corroborando a hipótese para tal relação, enquanto no segundo e mais significativo caso essa argumentação é refutada.

A influência do PIB *per capita* também só é significativa nesses dois casos, novamente com destaque para o segundo. Nesse caso, no entanto, em ambos os grupos a relação entre essa variável e a atractividade de IDE é positiva, o que corrobora a hipótese anteriormente apresentada.

A disponibilidade de recursos naturais é estatisticamente significativa nas três regiões quando essas são observadas separadamente, embora com maior importância no caso do Norte do continente. No entanto, enquanto nessa região a influência estudada é positiva, nas outras duas há uma relação inversa, sendo assim a relação esperada é confirmada apenas no Sul e no Centro e Leste.

A qualificação de mão-de-obra, por outro lado, é estatisticamente significativa e positivamente influente em todos os casos, com destaque para o Sul da Europa, que

apresenta uma influência mais forte e significativa. Nesse caso, todas as equações confirmam a hipótese para tal relação.

De forma muito curiosa, a influência do peso no PIB dos gastos com P&D é estatisticamente significativa e negativa em todos os casos, principalmente no caso do Norte do continente. Esse resultado refuta a relação que era esperada para essa variável.

Finalmente, a influência dos salários médios dos trabalhadores só não é estatisticamente significativa no Sul da Europa e é negativa no Norte e no Centro e Leste do continente enquanto é positiva quando a UE é considerada como um todo. Nessa situação, apenas as duas últimas equações corroboram a hipótese apresentada anteriormente.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente estudo observou a influência do nível de Abertura Comercial – medido pela divisão da média aritmética entre as exportações e importações pelo PIB – na atractividade de IDE nos países-membros da UE entre 1993 e 2012. Com base na corrente do Paradigma Eclético (Dunning, 2001), foram estimadas as relações entre essas variáveis, bem como as de variáveis independentes de apoio, por meio do Método dos Mínimos Quadrados, o que é a principal limitação do estudo econométrico. Por serem utilizados dados de painel estático os dois estimadores mais recomendáveis de modo a fornecerem resultados mais consistentes são o de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios. Por causa da utilização do programa econométrico *SPSS* não foi possível fazer o teste de Hausman para escolher qual destes dois estimadores era o ideal. Por isso, os resultados da estimação, bem como a sua análise, devem ser observados com muita reserva.

A principal hipótese testada nesta pesquisa defendia que a Abertura Comercial teria uma influência positiva e forte na entrada de investimentos estrangeiros, principalmente devido a uma facilitação e uma redução dos custos para investimentos focados na produção e distribuição de bens finais para, principalmente, outros membros do bloco estudado. A equação que estudou apenas os países do Sul da Europa sugeriu uma relação que corrobora essa argumentação, embora com baixa significância estatística.

Por outro lado, além de essa influência não ser estatisticamente significativa quando considerados o Norte ou o continente como um todo, no caso do Centro e do Leste da Europa foi sugerida uma influência negativa e de grande significância estatística, refutando a hipótese central do trabalho. Sugere-se, portanto, que muitos

investimentos nesse bloco procuram focar no mercado local e não na exportação para países vizinhos ou geram um aumento do PIB maior que um dos fluxos de comércio internacional uma vez que causam grande aumento dos níveis de emprego e produtividade.

Para a UE observada como um todo, além disso, os resultados sugerem influências estatisticamente significantes da qualificação dos trabalhadores, dos salários médios e dos gastos com P&D na entrada de IDE, sendo as duas primeiras relações positivas, enquanto a última, negativa. Nesse continente, assim, é sugerido que os investimentos estrangeiros buscam trabalhadores muito qualificados e bons mercados consumidores.

Considerando apenas o Sul desse continente, os resultados sugerem que apenas a qualificação de mão-de-obra possui uma influência de alta significância estatística e consideravelmente positiva. Por outro lado, as influências do desenvolvimento económico, da disponibilidade de recursos naturais e dos gastos com P&D são de baixa significância estatística, além de o primeiro caso ser positivo, enquanto os demais, negativos. Assim sendo, sugere-se mais uma vez que os investimentos estrangeiros delegam maior importância para o nível educacional dos trabalhadores.

No Norte da Europa, por outro lado, há uma alta significância estatística na influência da disponibilidade de recursos naturais, da qualificação dos trabalhadores, dos gastos com P&D e dos salários médios, sendo as duas primeiras positivas e as duas últimas, negativas. Desse modo, pode-se esperar que os fluxos de IDE nessa região destaquem a disponibilidade de trabalhadores muito qualificados e mais baratos, além de os recursos naturais apresentarem uma vantagem face aos concorrentes regionais.

Finalmente, no Centro e no Leste da Europa, apresenta-se o único caso em que todas as variáveis independentes tenham influências estatisticamente significante na entrada de IDE. No caso do desenvolvimento económico e da qualificação de mão-de-obra, essa relação é directa, enquanto que para a disponibilidade de recursos naturais, os gastos com P&D e os salários médios, há uma relação inversa. Assim, pode-se sugerir que os investimentos estrangeiros, mais uma vez, buscam principalmente trabalhadores baratos e muito qualificados.

Além da supracitada limitação causada pelo uso do estimador OLS com o SPSS, este trabalho também é limitado pelo foco em variáveis independentes mais económicas de modo a evitar um número exagerado de factores e hipóteses. Essa decisão acaba por desconsiderar factores que podem influenciar fortemente a entrada de IDE nos países aqui observados, como evoluções na distribuição de rendimentos, a intensidade da concorrência local, a actuação governamental e muitos outros.

Principalmente levando em consideração os baixos níveis de capacidade explicativa das equações estimadas neste trabalho, com destaque para os casos da UE como um todo e do Norte do continente, é possível perceber a necessidade da elaboração de futuros trabalhos que estudem a influência de factores sociais, políticos e empresariais na atractividade de IDE nos países-membros da UE. Conclui-se, desse modo, que factores económicos, que recebem considerável destaque nos trabalhos de Dunning (2001), não possuem uma grande capacidade explicativa dos fluxos de IDE nos indivíduos e períodos de tempo aqui observados.

Uma provável explicação para o comportamento dos fluxos de investimento directo destinados aos membros da UE, por exemplo, é a procura por activos empresariais de grande valor e/ou potencial. Uma parte significativa dos investimentos

estrangeiros na Europa consiste em casos de grandes marcas adquiridas total ou parcialmente por estrangeiros, como a Volvo, a Jaguar, a Energias de Portugal (EDP) e diversos outros casos. O processo de tomada de decisões para essas transacções de capital é muito mais influenciado por questões empresariais do que por cenários macroeconómicos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed, E. M., 2012. Are the FDI inflow spillover effects on Malaysia's economic growth input driven?. *Economic Modelling*, Volume 29, pp. 1498-1504.
- Andersen, O., 1993. On the Internationalization Process of Firms: A Critical Analysis. *Journal of International Business Studies*, 24(2), pp. 209-231.
- Asiedu, E., 2002. On the determinants of foreign direct investment to developing countries: Is Africa Different?. *World Development*, Volume 30, pp. 107-119.
- Azman-Saini, W., Law, S. H. & Ahmad, A. H., 2010. FDI and economic growth: New evidence on the role of financial markets. *Economics Letters*, Volume 110, pp. 211-213.
- Baldwin, R. E., 2009. Trade negotiations within the GATT/WTO framework: A survey of successes and failures. *Journal of Policy Modeling*, Volume 31, pp. 515-525.
- Barrell, R. & Pain, N., 1996. An Econometric Analysis of U.S. Foreign Direct Investment. *The Review of Economics and Statistics*, 76(2), pp. 200-207.
- Beugelsdijk, S., Smeets, R. & Zwinkels, R., 2008. The impact of horizontal and vertical FDI on host's country economic growth. *International Business Review*, Volume 17, pp. 452-472.
- Bevan, A. A. & Estrin, S., 2004. The determinants of foreign direct investment into European transition economies. *Journal of Comparative Economics*, Volume 32, pp. 775-787.
- Cechella, C., Silva, J. R. & Dentinho, T. P., 2009. Explaining Trade and FDI Relationships in a Gravitational Model. *Studies in Regional Science*, August, Volume 39 (1), pp. 41-52.

Dunning, J. H., 1979. Explaining Changing Patterns of International Production: In Defense of an Eclectic Theory. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, November, 41(4), pp. 269-295.

Dunning, J. H., 1980. Toward an Eclectic Theory of International Production: some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, Volume 11, pp. 9-30.

Dunning, J. H., 2001. The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production: Past, Present and Future. *International Journal of the Economics of Business*, 8(2), pp. 173-190.

Dunning, J. H. & Narula, R., 1996. The Investment Development Path Revisited: some emerging issues. In: __, ed. *Foreign Direct Investment and Governments: catalysts for economic restructuring*. London: Routledge, pp. 1-41.

Furceri, D. & Borelli, S., 2008. Foreign Direct Investments and Exchange Rate Volatility in the EMU Neighbourhood Countries. *Journal of International and Global Economic Studies*, 1(1), pp. 42-59.

Guerin, S. S., 2006. The Role of Geography in Financial and Economic Integration: A Comparative Analysis of Foreign Direct Investment, Trade and Portfolio Investment Flows. *The World Economy*, 29(2), pp. 189-209.

Guillén, A., 2012. Europe: The Crisis Within a Crisis. *International Journal of Political Economy*, 41(3), p. 41-68.

Herzer, D., Klasen, S. & Nowak-Lehmann D., F., 2008. In search of FDI-led growth in developing countries: The way forward. *Economic Modelling*, Volume 25, pp. 793-810.

Hymer, S. H., 1960. *The theory of international operations of national firms: a Study of Direct Foreign Investment*. Cambridge: MIT Press.

Johanson, J. & Vahlne, J.-E., 2009. The Uppsala internationalization process model revisited: From liability of foreignness to liability of outsidership. *Journal of International Business Studies*, Volume 40, pp. 1411-1431.

Johanson, J. & Wiedersheim-Paul, F., 1975. The Internationalization of the Firm - Four Swedish Cases. *Journal of Management Studies*, 12(3), pp. 305-322.

Kimino, S., Saal, D. S. & Driffield, N., 2007. Macro Determinants of FDI Inflows to Japan: An Analysis of Source Country Characteristics. *The World Economy*, pp. 446-469.

Kok, R. & Ersoy, B. A., 2009. Analyses of FDI determinants in developing countries. *International Journal of Social Economics*, Volume 36 (1/2), pp. 105-123.

Kornecki, L. & Ekanayake, E., 2012. State Based Determinants of Inward FDI Flow in the US Economy. *Modern Economy*, Volume 3, pp. 302-309.

Liargovas, P. G. & Skandalis, K. S., 2012. Foreign Direct Investment and Trade Openness: The Case of Developing Economies. *Social Indicators Research*, Volume 106, pp. 323-331.

Liu, W.-H. & Nunnenkamp, P., 2011. Domestic Repercussions of Different Types of FDI: Firm-Level Evidence for Taiwanese Manufacturing. *World Development*, 39(5), pp. 808-823.

Mundell, R. A., 1957. International Trade and Factor Mobility. *American Economic Review*, Volume 47, pp. 209-223.

OECD, 2002. *Foreign Direct Investment for Development: maximising benefits, minimising costs*. [Online]

Available at: <http://www.oecd.org/investment/investmentfordevelopment/1959815.pdf>

[Acedido em 01 Julho 2014].

OECD, 2011. Trade openness. In: *OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2011*. s.l.:OECD Publishing.

OECD, 2014. *OECD StatExtracts*. [Online]
Available at: <http://stats.oecd.org/>
[Acedido em 01 Julho 2014].

Özkan-Günay, E. N., 2011. Determinants of FDI Inflows and Policy Implications: A Comparative Study for the Enlarged EU and Candidate Countries. *Emerging Markets Finance & Trade*, September-October, Volume 47 (4), pp. 71-85.

Ricardo, D., 1821. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. 3^a ed. London: John Murray, Albemarle Street.

Samuelson, P. A., 1949. International Factor-Price Equalisation Once Again. *The Economic Journal*, June, 59(234), pp. 181-197.

Sarode, S., 2012. Effects of FDI on Capital Account and GDP: Empirical Evidence from India. *International Journal of Business and Management*, April, 7(8), pp. 102-107.

Shahmoradi, B., Thimmaiah, N. & Indumati, S., 2010. Determinants Of FDI Inflows In High Income Countries: An Intertemporal and Cross Sectional Analysis Since 1990. *International Business & Economics Research Journal*, May, Volume 9 (5), pp. 59-64.

Stockhammer, E. & Sotiropoulos, D. P., 2014. Europe in Crisis: Introduction. *Review of Political Economy*, 26(2), pp. 167-170.

The World Bank, 2014. *World Development Indicators Database*. [Online]
Available at: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
[Acedido em 25 Março 2014].

Tintin, C., 2013. The determinants of foreign direct investment inflows in the Central and Eastern European Countries: The importance of institutions. *Communist and Post-Communist Studies*, Volume 46, pp. 287-298.

Tosun, J., Wetzel, A. & Zapryanova, G., 2014. The EU in Crisis: Advancing the Debate. *Journal of European Integration*, 36(3), pp. 195-211.

UNCTAD, 2013. *World Investment Report 2013: Global Value Chains: Investment and Trade for Development*. [Online]

Available at: http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2013_en.pdf

[Acedido em 13 Julho 2014].

UNCTAD, 2014a. *Sources and Definitions*. [Online]

Available at: <http://unctad.org/en/Pages/DIAE/FDI%20Statistics/Sources-and-Definitions.aspx>

[Acedido em 01 Julho 2014].

UNCTAD, 2014b. *UNCTADSTAT*. [Online]

Available at: <http://unctadstat.unctad.org/>

[Acedido em 21 Março 2014].

United Nations, 2014. *United Nations Commodity Trade Statistics Database*. [Online]

Available at: <http://comtrade.un.org/>

[Acedido em 21 Março 2014].

Waldkirch, A., Nunnenkamp, P. & Bremont, J. E. A., 2009. Employment Effects of FDI in Mexico's Non-Maquiladora Manufacturing. *The Journal of Development Studies*, 45(7), pp. 1165-1183.

Wooldridge, J. M., 2006. *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 3^a ed.

Mason: Thomson/South-Western.

World Trade Organization, 2014. *WTO Statistics Database*. [Online]
Available at: <http://stat.wto.org/>

[Acedido em 25 Março 2014].

ANEXO 1: RESULTADOS ECONOMETRICOS SECUNDÁRIOS

Variáveis Independentes	Países-Membros da UE	Sul da Europa	Norte da Europa	Centro e Leste da Europa
<i>ABERTCOM1</i>	-0,68 (-1,154)	0,288 (0,189)	-0,097 (-1,138)	-0,826*** (-7,139)
<i>PIBPERCAP</i>	0,069 (0,667)	0,507** (0,023)	0,074 (0,776)	1,098*** (6,813)
<i>REC NAT</i>	-0,35 (-0,558)	-0,324 (-1,559)	0,239*** (2,647)	-0,337*** (-3,121)
<i>QUALL</i>	0,257*** (3,250)	0,663*** (5,159)	0,299*** (3,215)	0,235** (2,090)
<i>P_D</i>	-0,183** (-2,36)	-0,306 (-1,624)	-0,44*** (-4,813)	-0,280** (-2,366)
<i>W</i>	0,261** (2,325)	-0,08 (0,656)	-0,032*** (-3,279)	-0,709*** (-5,254)
R ² ajustado	0,145	0,510	0,169	0,489
N	516	120	200	196

***, ** e * representam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Entre parênteses são apresentados os t-rácios corrigidos da heterocedasticidade.

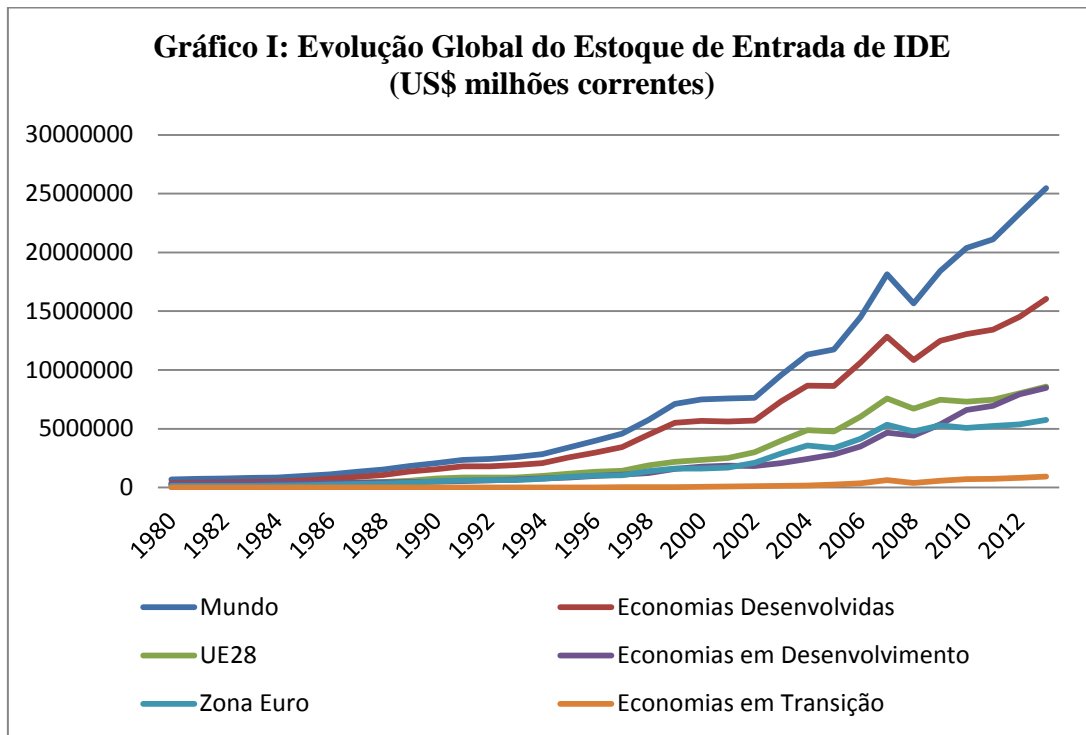
Variáveis Independentes	Países-Membros da UE	Sul da Europa	Norte da Europa	Centro e Leste da Europa
<i>ABERTCOM2</i>	-0,007 (-0,107)	0,563** (2,145)	0,032 (0,370)	-0,707*** (-6,859)
<i>PIBPERCAP</i>	0,053 (0,513)	0,343 (1,491)	0,061 (0,634)	0,863*** (5,831)
<i>REC NAT</i>	-0,022 (-0,345)	-0,436*** (-2,951)	0,234** (2,513)	-0,199* (-1,872)
<i>QUALL</i>	0,230*** (2,935)	0,534*** (4,448)	0,266*** (2,920)	0,303** (2,573)
<i>P_D</i>	-0,179** (-2,293)	-0,259 (-1,552)	-0,391*** (-4,158)	-0,348*** (-2,906)
<i>W</i>	0,286** (2,475)	0,506 (1,42)	-0,327*** (-3,347)	-0,605*** (-4,548)
R ² ajustado	0,141	0,537	0,163	0,473
N	516	120	200	196

***, ** e * representam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Entre parênteses são apresentados os t-rácios corrigidos da heterocedasticidade.

Variáveis Independentes	Países-Membros da UE	Sul da Europa	Norte da Europa	Centro e Leste da Europa
<i>ABERTCOM3</i>	-0,04 (-0,671)	0,378* (1,862)	-0,037 (-0,440)	-0,766*** (-7,127)
<i>PIBPERCAP</i>	0,062 (0,601)	0,418* (1,884)	0,068 (0,710)	0,987*** (6,447)
<i>REC NAT</i>	-0,025 (-0,406)	-0,333* (-1,893)	0,246*** (2,703)	-0,267** (-2,523)
<i>QUALL</i>	0,244*** (3,096)	0,617*** (5,241)	0,280*** (3,038)	0,277** (2,423)
<i>P_D</i>	-0,182** (-2,348)	-0,308* (-1,743)	-0,420*** (-4,520)	-0,315*** (-2,667)
<i>W</i>	0,270** (2,367)	-0,211 (0,801)	-0,325*** (-3,320)	-0,661*** (-4,969)
R^2 ajustado	0,142	0,526	0,163	0,488
N	516	120	200	196

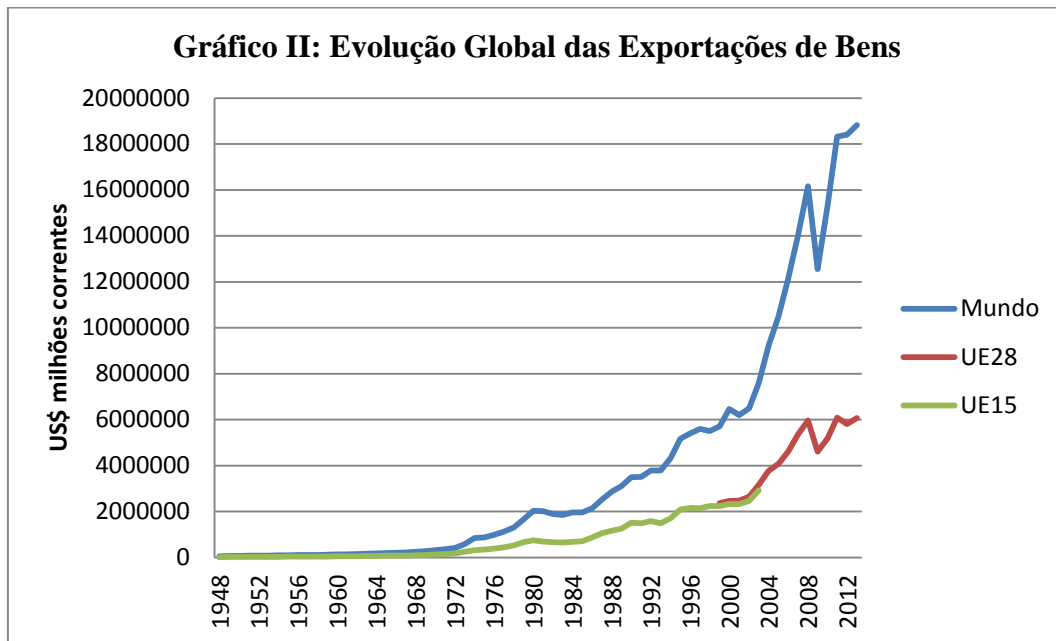
***, ** e * representam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Entre parênteses são apresentados os t-rácios corrigidos da heterocedasticidade.

ANEXO 2: EVOLUÇÃO GLOBAL DO ESTOQUE DE ENTRADA DE IDE



Fonte: UNCTAD (2014b).

ANEXO 3: EVOLUÇÃO GLOBAL DAS EXPORTAÇÕES DE BENS



Fonte: World Trade Organization (2014).

ANEXO 4: DADOS UTILIZADOS

Indicador	Descrição	Medida	Fonte
<i>IDEATRAC</i>	Fluxo anual de entrada de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em uma economia	Milhões de Dólares dos Estados a preços e taxas cambiais correntes	(UNCTAD, 2014b)
<i>EXPORT</i>	Fluxo anual de bens e serviços exportados por uma economia para o resto do mundo	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(United Nations, 2014)
<i>IMPORT</i>	Fluxo anual de bens e serviços importados por uma economia para o resto do mundo	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(United Nations, 2014)
<i>PIB</i>	Produto Interno Bruto anual de uma economia	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(The World Bank, 2014)
<i>ABERTCOM</i>	Abertura Comercial de uma economia em determinado ano medida por $[(EXPORT + IMPORT) / 2] / PIB$	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(United Nations, 2014; The World Bank, 2014)
<i>ABERTCOM1</i>	Abertura Comercial de uma economia em determinado ano medida por $(EXPORT + IMPORT) / PIB$	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(United Nations, 2014; The World Bank, 2014)
<i>ABERTCOM2</i>	Abertura Comercial de uma economia em determinado ano medida por $EXPORT / PIB$	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(United Nations, 2014; The World Bank, 2014)
<i>ABERTCOM3</i>	Abertura Comercial de uma economia em determinado ano medida por $IMPORT / PIB$	Dólares dos Estados Unidos a preços correntes	(United Nations, 2014; The World Bank, 2014)

<i>PIBPERCAP</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> anual de uma economia com base na Paridade de Poder de Compra	Dólares Internacionais a preços correntes	(The World Bank, 2014)
<i>REC NAT</i>	Fluxo anual de minerais, combustíveis e produtos agrícolas primários exportados por uma economia para o resto do mundo	Percentual do fluxo de bens exportados pela mesma economia no mesmo período	(The World Bank, 2014)
<i>QUALL</i>	Quantidade total de trabalhadores com educação em nível terciário em uma economia	Percentual da quantidade total de trabalhadores na mesma economia no mesmo período	(The World Bank, 2014)
<i>P_D</i>	Gastos anuais com Pesquisa e Desenvolvimento em uma economia	Percentual do Produto Interno Bruto da mesma economia no mesmo período	(The World Bank, 2014)
<i>W</i>	Salário anual médio dos trabalhadores em uma economia	Dólares dos Estados Unidos a preços e taxas cambiais de 2012	(OECD, 2014)

ANEXO 5: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variáveis	Observações	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<i>IDEATRAC</i>	516	13664,51	3597,05	26616,68	-31689,30	200039,22
<i>ABERTCOM</i>	516	0,39	0,34	0,18	0,14	0,92
<i>ABERTCOM1</i>	516	0,78	0,69	0,36	0,28	1,85
<i>ABERTCOM2</i>	516	0,37	0,33	0,19	0,05	0,94
<i>ABERTCOM3</i>	516	0,42	0,37	0,18	0,14	0,92
<i>PIBPERCAP</i>	516	22390,45	22000,39	9759,49	4606,91	44945,07
<i>RECNAT</i>	510	11,89	10,12	7,82	0,34	48,51
<i>QUALL</i>	478	23,31	23,45	8,43	7,50	44,00
<i>P_D</i>	393	1,40	1,17	0,90	0,22	4,13
<i>W</i>	368	35979,78	39797,58	16234,91	7632,20	69302,35